

Carmen Soares

Universidade de Coimbra

As *Histórias* de Heródoto: marcas da poética da persuasão na Literatura Grega

Quer gostemos quer não – “para o melhor ou para o pior”, como diz Auden –, a Grécia é a geologia subjacente à paisagem mental da civilização ocidental. Os Gregos definiram o mapa da nossa geografia conceptual e criaram as categorias segundo as quais ordenamos as nossas percepções.

(Oliver Taplin)¹

O âmbito da literatura não constitui, certamente, uma excepção à regra. Do amplo e diversificado *corpus* da Literatura Grega, elegi a obra de um autor que oferece a particularidade de não só ser considerado o iniciador de um género (veja-se o epíteto que lhe consagrou Cícero: *pater historiae*²), a narrativa historiográfica³, mas também de fundir, na forma e conteúdo das suas *historiai* (‘investigações’), heranças dos seus predecessores e as mais recentes conquistas nascidas no contexto intelectual contemporâneo (2^a metade do séc. V a.C.). Ou seja, Heródoto, na condição de artífice de uma ‘criação’ (*poiēsis*) inovadora – que não pode deixar de reflectir, ainda e sempre, a dívida natural para com a fonte de onde brota –, afigura-se-me um autor cuja produção pode

¹ *O Fogo Grego* (Lisboa: RTC/ Gradiva, 1990), p. 5.

² *De legibus* 1. 1. 5.

³ Como observa Donald Lateiner, um helenista de referência em matéria de estudos herodotianos, “Herodotus’ original inquiry was not the culmination of a mature tradition, such as Homer’s epic represents, but the invention of the first complex prose work in European literature. He discovered historical and historiographical problems that no one before had perceived” [*The Historical Method of Herodotus* (Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1989), p. 224, sublinhado meu].

proporcionar interessantes achegas ao estudo das origens das poéticas da persuasão.

De facto, a presença que o discurso da persuasão (elemento de tal forma relevante na mundividência helénica que se viu personificado numa divindade denominada precisamente de *Peithō* ou ‘Persuasão’) adquire nas *Histórias* parece-me poder estruturar-se numa análise segmentada em três abordagens distintas, mas complementares. Começarei por considerar a dívida de Heródoto para com o ambiente cultural em que escreveu (ponto 1), contextualização que nos permitirá perceber em que medida a presença da temática da persuasão deve ser entendida como uma imposição natural de um género que, ao dar os seus primeiros passos, se preocupou com a recepção de um público não só de leitores, mas também de ouvintes⁴. Se Heródoto estava a oferecer um *produto novo*, nada mais natural do que tentar convencer os seus destinatários de que as inovações introduzidas eram válidas, isto é, que mereciam o seu crédito. Daí que o passo seguinte deste estudo consista em exemplificar como é que, ao nível do discurso, o narrador usa estratégias de persuasão do público (ponto 2). Terminarei com uma reflexão sobre o papel que, no âmbito da história, está reservado à persuasão, ou seja, situações em que os destinatários da *peithō* são personagens (ponto 3).

⁴ A difusão das obras de história, ao longo de toda a Antiguidade Clássica, fez-se através de leituras públicas, actos que podiam começar por preceder a publicação, mas que, muitas vezes, também lhe sucediam (cf. Arnaldo Momigliano, “The Histories of the Classical World and their Audiences: Some Suggestions” (*Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, 8. 1, 1978), pp. 59-75, em especial pp. 62-63). Sobre este assunto, vd. ainda os estudos de James A. S. Evans, “Oral Tradition in Herodotus”, *Herodotus Explorer of the Past* (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991), pp. 89-146 e de Stewart Flory, “Who Read Herodotus’ *Histories*?” (*American Journal of Philology*, 101. 1, 1980), pp. 12-28. Evans defende que o próprio Heródoto teria feito essas apresentações orais das suas ‘investigações’, tanto de cor como através da leitura do texto escrito (*op. cit.*, p. 94) – embora se incline mais para esta última prática (*idem*, p. 104). Não se pode esquecer que, numa época em que a circulação de livros ainda era bastante reduzida, a apresentação oral “was still the most effective method of winning public recognition” (*idem*, p. 95). Além disso, estes momentos proporcionavam ao autor a oportunidade de interagir com o público (*idem*, p. 102). Na verdade, só a partir do momento em que um texto era publicado terminava o processo criativo.

1. A persuasão no contexto intelectual contemporâneo de Heródoto

No período em que o historiador escreveu, *grosso modo* na 2ª metade do séc. V a.C., assistiu-se à emergência da arte da persuasão, sobretudo nos domínios da oratória e da ciência. Conforme sublinhou, num estudo de referência, Rosalind Thomas, Heródoto deve ser inserido numa comunidade (*koinē*) intelectual, de que também fazem parte filósofos da natureza (*physiologoi*) e escritores de tratados de medicina – todos eles familiarizados com a então florescente arte do discurso ou retórica⁵. É no âmbito dos escritos daqueles dois grupos de especialistas que surge o método da argumentação e da persuasão com recurso à apresentação de provas ou argumentos lógicos, meios pelos quais é permitido estabelecer a verdade⁶. Nesta medida, o historiador, na atitude crítica que a linguagem usada revela, está mais próximo dessa nova vaga de intelectuais do que dos prosadores que o precederam (genealogistas, mitógrafos e geógrafos)⁷. Aliás, a singularidade de Heródoto no domínio da prosa historiográfica é tanto maior, se considerarmos que o

⁵ Refiro-me ao trabalho de fundo de Rosalind Thomas, *Herodotus in Context. Ethnography, Science and the Art of Persuasion* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), em especial caps. 6, 7 e 8. Da mesma autora, vd. ainda “Ethnography, Proof and Argument in Herodotus’ *Histories*” (*Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 43, 1997), pp. 128-148. Anterior a estes estudos, mas na mesma linha de investigação, temos o contributo de Donald Lateiner, “The Empirical Element in the Methods of Early Greek Medical Writers and Herodotus: a Share Epistemological Response” (*Antichthon*, 20, 1986), pp. 1- 20.

⁶ Cf. Rosalind Thomas, *Herodotus in Context...*, p. 174.

⁷ Cf. *idem, ibidem*, p. 219. No estudo detalhado que faz, baseando-se na comparação entre as *Histórias* e textos de filosofia da natureza e de tratados de medicina, a autora conclui que o historiador estava bastante familiarizado com a linguagem especializada daquelas duas áreas do saber, conforme se deduz do uso que faz de termos e conceitos do campo semântico genérico da ‘prova’, a saber: *elenchos* (‘prova, refutação’), *tekmēria* (‘prova, evidência decisiva’), *martyria* (‘evidência, testemunho’) e *anankē* (‘necessidade lógica’), *Herodotus in Context...*, pp. 168-169. Aliás, a autora destaca como provavelmente a melhor *piece of argumentative proof* (*op. cit.*, pp. 182-183) a discussão do historiador sobre as várias teorias existentes para as causas da inundação do Nilo (2. 20-26) – passo que considerarei com algum detalhe mais adiante.

seu sucessor no género, Tucídides, não obstante declarar que utiliza e verifica as evidências, não há-de dar idêntico relevo à demonstração e persuasão⁸.

Quando se pensa no conteúdo da obra – para a qual contribuem vários ramos do saber (desde a geografia, a etnografia, a antropologia cultural, até à história comparada das religiões), conferindo-lhe o perfil do que hoje se chama de *História total* – embora se detecte que esta obedece a “um plano unificador, que mostra como a expansão do império persa foi detida pelas guerras contra a Grécia”⁹, o leitor não fica indiferente à presença constante de narrações, muitas delas de marcado teor dramático. No entanto, essa veia de contador de histórias (*logios*), a par do propósito, declarado no prólogo, de imortalizar os grandes feitos do passado, tanto cometidos por Gregos como por não-Gregos (os Bárbaros)¹⁰, não nos deve levar a colocar placidamente Heródoto na linha de sucessão directa da épica homérica. Na verdade, se o historiador reduzisse a sua função à de simples aedo homérico, esperaria que a sua narração fosse aceite pelo público sem crítica, não havendo necessidade

⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 226.

⁹ Vd. Maria Helena da Rocha Pereira, “Introdução geral”, in José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva, *Heródoto, Histórias, livro 1º* (Lisboa: Edições 70, 1994), p. XXIX.

¹⁰ Cf. prólogo ao livro 1º: “Esta é a exposição das investigações de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens se não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros” (trad. de José Ribeiro Ferreira, *Heródoto, Histórias, livro 1º...*, p. 53). Convém lembrar que a designação ‘bárbaro’, embora tenha começado por restringir-se a uma distinção de carácter linguístico (ou seja, atribuíu-se a todo aquele que falava uma língua ininteligível para o Grego, a quem o idioma estrangeiro soava a uma repetição do som *bar-bar*), designava no séc. V a.C., depois das Guerras Pérsicas (490, 480-479), os indivíduos que não comungavam da cultura helénica. Repare-se que, no seio das próprias *Histórias*, encontramos uma definição clara do que é ‘ser grego’ (*to hellēnikon*): “O que une todos os Gregos: ser do mesmo sangue, possuir a mesma língua, os deuses e os ritos sagrados serem comuns, os costumes idênticos” (8. 144. 2). Donald Lateiner chama a atenção para o facto de este desejo de imortalização de feitos especiais e paradigmáticos permitir considerar Heródoto herdeiro da épica homérica (*The Historical Method of Herodotus...*, p. 15).

de explicitar que determinada versão é digna de crédito, mas outra(s) não¹¹. Mas o desejo de fornecer ao público dados diversos, permitindo-lhe a ele decidir no que acreditar, leva também Heródoto a, por vezes, confessar as suas suspeitas relativamente a determinada história ou facto, não obstante ao mesmo tempo, proceder ao seu relato. Torna-se implícita, nestas circunstâncias, a *paridade intelectual* com que o historiador trata o leitor/ouvinte, uma vez que não impõe a sua opinião (omitindo aquilo em que não acredita), mas possibilita a cada um fazer fé no que quiser (expondo, para tal, os vários pontos de vista).

A título de exemplo desta prática, refira-se o episódio da disputa entre os Atenenses e os habitantes da ilha de Egina pela posse de estátuas de duas divindades. Quando os cidadãos de Atenas tentaram recuperar pela força os pedestais dessas imagens sagradas, feitos em madeira de oliveira da sua pátria, referindo-se à versão dos Eginetas, Heródoto afirma: “E contam ainda factos a meu ver incríveis, mas para outros não: que as deusas caíram de joelhos e que, desde essa data, ficaram nessa posição” (5. 86. 3)¹². A mesma tolerância revelara-a logo no início da sua obra, ao rematar o relato das causas do desentendimento entre Helenos e Asiáticos com a seguinte declaração:

Isto é o que contam os Persas e os Fenícios. Quanto a mim, a respeito de tais acontecimentos, não vou afirmar que as coisas se passaram assim ou de outra maneira, ...¹³

(1. 5. 3)

A mesma neutralidade vem ainda patenteada a propósito de uma figura ilustre no seio da comunidade dos Trácios, Salmóxis. Sobre a forma como este quis convencer os seus compatriotas da vida eterna, escreve Heródoto: “No que me diz respeito, acerca deste episódio e das instalações subterrâneas, nem acredito nem deixo de acreditar”

¹¹ Cf. Rosalind Thomas, *Herodotus in Context...*, pp. 217-218.

¹² Esta história, em cuja veracidade Heródoto não acredita, constitui uma lenda etiológica, isto é, encerra a explicação para a posição, encontrada em estatuária do período arcaico, de figuras ajoelhadas.

¹³ Trad. de José Ribeiro Ferreira, *Heródoto, Histórias, livro 1º...*, p. 57.

(4. 96. 1)¹⁴. Também sobre as escusas apresentadas aos magistrados da cidade de Esparta pelo rei Cleómenes, para não ter tomado Argos, o historiador tece um comentário de descomprometimento (“se estava a mentir ou a dizer a verdade, não o posso afirmar com certeza”, 6. 82. 1)¹⁵.

A esta estratégia do discurso chamou Rosalind Thomas *suspended disbelief*¹⁶, ou seja, o autor suspende o seu julgamento, forma de traduzir a ideia de que ‘outros podem acreditar nisto, mas eu não’. Na verdade estes passos servem para conferir autoridade a todos os outros em que não se faz semelhante salvaguarda. Persuadem, indirectamente, os receptores das *Histórias* de que, ao contrário destes trechos devidamente identificados, o resto da sua narrativa, argumentos e teorias resultam de um conhecimento seguro.

Esta *faceta científica* de Heródoto não obsta, no entanto, à presença na sua obra de *histórias fantásticas*, isto é, que escapam às malhas da comprovação empírica. Aliás, a avaliarmos pelas palavras do próprio autor, são sobretudo os aspectos exóticos, desconhecidos do público, aqueles que maior relevo merecerão no seu relato. Mesmo em relação a referentes que aquele possa conhecer, o autor tem o cuidado de apostar no factor surpresa para cativar o destinatário das suas ‘investigações’. Como se lê em 3. 103: “O aspecto do camelo, por seu turno, não irei descrevê-lo aos Gregos, uma vez que o conhecem; mas o que sobre ele não se sabe, eu descrevê-lo-ei”. Claro que, quanto menos se sabe desse universo desconhecido, mais fácil é surgirem os relatos que transbordam do verosímil para o fantástico. Desse mundo estranho podem fazer parte seres semelhantes aos gigantes de um só olho, tão bem conhecidos do público contemporâneo de Heródoto, em especial graças às aventuras de Ulisses contra os Ciclopes. E, embora o historiador não deixe de referi-los, é curioso notar como essas figuras não lhe merecem qualquer crédito. A propósito do ouro do norte da Europa, observa:

¹⁴ Trad. de Maria de Fátima Silva, in Maria de Fátima Silva e Cristina Abranches Guerreiro, *Heródoto, Histórias, livro 4º* (Lisboa: Edições 70, 2000), p. 83.

¹⁵ Trad. de Delfim Ferreira Leão, in José Ribeiro Ferreira e Delfim Ferreira Leão, *Heródoto, Histórias, livro 6º* (Lisboa: Edições 70, 2000), p. 97.

¹⁶ *Herodotus in Context...*, p. 245.

Como ele surge, também não posso dizê-lo com exactidão, mas diz-se que o roubam aos grifos uns tais Arimaspos, homens que têm um só olho. Eu cá não posso acreditar que existem homens com um só olho, que em tudo sejam da mesma natureza que os outros homens.

(3. 116. 1-2)¹⁷

Não devemos certamente desligar esta marca efabular da escrita do historiador de uma tendência que se fazia sentir no contexto intelectual contemporâneo, em particular no ciclo dos Sofistas. Efectivamente também estes professores itinerantes recorriam com frequência ao mito e à fábula para produzir os seus ensinamentos¹⁸. Julgo ainda pertinente, para um mais amplo enquadramento do tipo de escrita de Heródoto, referir a proximidade, já por vários helenistas assinalada e bastante explorada, entre algumas das suas histórias e a tragédia¹⁹. Em suma, na obra do primeiro historiador do mundo dito ocidental congregam-se estratégias discursivas e universos temáticos que já tinham ou acabariam por vir a ter uma existência autónoma – como são a ciência (onde se incluem a filosofia da natureza e a medicina), o teatro trágico, a etnografia e a geografia.

Considerando o facto óbvio de que, por se tratar de uma obra escrita, a análise do papel da persuasão nas *Histórias* tem de começar sempre por ser uma reflexão sobre *formas retóricas*²⁰, não podemos deixar de

¹⁷ Trad. de Cristina Abranches Guerreiro, in Maria de Fátima Silva e Cristina Abranches Guerreiro, *Heródoto, Histórias, livro 3º* (Lisboa: Edições 70, 1994), p. 147.

¹⁸ Rosalind Thomas chama a atenção para esta proximidade entre os métodos dos Sofistas e o texto de Heródoto (*Herodotus in Context...*, p. 174).

¹⁹ Estudos percursivos e de referência nesta linha de investigação são: Frank W. Walbank, “History and Tragedy” (*History*, 9, 1960), pp. 216-243; David Grene, “Herodotus: the Historian as Dramatist” (*The Journal of Philosophy*, vol. 58, nº18, 1961), pp. 477-488; Kenneth H. Waters, *Herodotus the Historian: his Problems, Methods and Originality* (London and Sidney: Croom Helm, 1985); colectânea de estudos publicados no nº 20 da revista *Arethusa* (1987), sob o título *Herodotus and the Invention of History*.

²⁰ Esta expressão, bem como o suporte teórico para a reflexão que se segue é particularmente devedora do estudo de Christopher Carey, intitulado “Rhetorical Means of Persuasion”, Ian Worthington (ed.), *Persuasion: Greek Rhetoric in Action* (London and New York: Routledge, 1994), pp. 26-45.

ter em conta a teorização literária que sobre semelhante matéria viria a produzir, no século seguinte, a figura incontornável de Aristóteles. Esta breve visão prospectiva não pode ser entendida como um exercício anacrónico, mas antes como uma achega enriquecedora, pois, não o esqueçamos, ninguém teoriza a partir do nada, isto é, fazendo tábua rasa do passado. Pelo contrário, é a partir das experiências anteriores, responsáveis pelo amadurecimento de conceitos, que se pode passar à síntese e criação de propostas teóricas.

Recorrendo a uma imagem comum, podemos afirmar que a persuasão está para a retórica como a medula óssea para o corpo humano. Ou seja, desempenha um papel fulcral na própria definição que o Estagirita dá de retórica, pois, conforme esclarece:

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; (...) Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada.

(1355 b)²¹

Da continuação do seu texto infere-se que a persuasão requer sempre ‘provas’, algo que convence e que, por razões de etimologia com o verbo ‘acreditar em’ (*pisteuō*), se designa de *pisteis*. De entre as provas de persuasão fornecidas pelo discurso, podem distinguir-se três tipos distintos (1356 a). Há as que “residem no carácter moral do orador” (entram no domínio do *ethos*), as que se relacionam com a disposição criada no ouvinte (têm a ver com o *pathos*) e finalmente aquelas que derivam do próprio discurso/raciocínio, “pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (inerentes ao *logos*)²². Se, no caso do *ethos*, a persuasão resulta da forma como o discurso “deixa a

²¹ Trad. de Manuel Alexandre Júnior, in *Aristóteles, Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998), pp. 48-49.

²² Cf. *idem, ibidem*, p. 49.

impressão de o orador ser digno de fé”, já no que se refere à persuasão pelo *pathos*, esta acontece quando os ouvintes “são levados a sentir emoção por meio do discurso”. No que ao *logos* diz respeito, a essência da persuasão radica na verdade ou verosimilhança, isto é, em mostrar “a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”. Claro que, de acordo com este raciocínio, pressupõe-se que a obtenção destas *pisteis* depende da posse de determinadas competências individuais do orador, a saber: a capacidade de formar silogismos, isto é, de raciocinar logicamente; a capacidade de teorizar sobre os caracteres, as virtudes e as paixões.

Conforme passarei a demonstrar nos pontos 2 e 3 deste trabalho, Heródoto, pelo cuidado que coloca nas estratégias discursivas de persuadir o outro (intradiegético – personagens da história – e extradiegético, o público), revela-se um autor perfeitamente ajustado ao estudo das poéticas da persuasão na Literatura Grega²³.

2. Poética da persuasão dos destinatários das *Histórias*

A vontade de interagir com o outro, aquele que virtualmente há-de ler ou escutar as *Histórias*, revela-se, no essencial, em passos em que o autor tem consciência de estar a entrar em controvérsia com a tradição²⁴. Esse choque de autoridades (a estabelecida e a de Heródoto), adquire graus diversos de revelação. Permito-me exemplificar os dois pontos extremos da questão: a sugestão indirecta e subliminar da posição do autor face aos factos narrados; a sua discordância declarada em relação a versões diversas da sua.

²³ Não posso deixar de evocar, a este propósito, as palavras de Donald Lateiner: “Every historian, even the first, consciously and unconsciously shapes narrative and judgements so as to communicate a perception of his subject in a persuasive manner” (*The Historical Method of Herodotus...*, p. 18, sublinhado meu).

²⁴ Entendo por tradição o *status quo*, isto é, uma posição ou conhecimento que outros, antes de Heródoto, estabeleceram ou definiram com determinados contornos. O historiador entra em controvérsia, quando não subscreve essa mesma autoridade.

É no prólogo da obra que deparamos com um substantivo com a raiz semântica da ‘prova’ (*deik-*): *apodeixis*²⁵. Este nome, significando ‘demonstração, exposição’, implica que aos destinatários das *Histórias* será oferecido *o relato de Heródoto de Halicarnasso*, isto é, há em simultâneo consciência de algo que a moderna narratologia bem conhece, a impossibilidade de o texto não sofrer, por mínima que seja, a intervenção do narrador no narrado, mas também a sugestão de que, se *esta é a versão de Heródoto*, outras haverá, mais ou menos diferentes, mas sempre *outras*. Logo, a controvérsia, ainda que de forma mitigada, faz-se desde logo anunciar. Este é, poderíamos dizê-lo, o grau zero da questão do choque de autoridades. Mais interessante será observar como o autor não revela quaisquer peias em afrontar opiniões estabelecidas. O propósito desse confronto reside, naturalmente, em convencer o leitor/ouvinte de que a sua argumentação está ao serviço da verdade.

No livro II Heródoto produz um longo trecho de natureza argumentativa, já considerado o seu melhor exemplar do discurso dito científico, isto é, baseado no recurso à prova²⁶. As matérias que suscitam a discussão têm a ver com a geografia e o clima do Egipto, mais propriamente a extensão do Nilo (caps. 15-18), o caudal que o rio apresenta, baixo no inverno e transbordante no verão, e a ausência de brisa (caps. 19-27). Discordando das teses (*gnōmai*) estabelecidas – que atribui genericamente aos Iónios (entre os quais se incluiria Hecateu de Mileto, autor de uma obra intitulada *Descrição da Terra*) ou aos Gregos, etnónimo ainda mais abrangente do que o anterior – o narrador refuta-as de forma inequívoca e apresenta as suas opiniões (*gnōmai*) próprias sobre os mesmos pontos, de forma que ao leitor/ouvinte do texto é oferecido um autêntico conflito de autoridades. Embora Heródoto, em abono do que considera ser a teoria verdadeira (*orthē gnōmē*, 16. 1) ou o raciocínio correcto (*orthos logos*, 17. 1), procure demonstrar (verbo *apodeiknymi*, 15. 1, 16. 1, 18. 1) os erros dos antecessores e as provas (verbos: *martureō*, 18. 1; *elenchō*, 22. 4; substantivos: *martyrion*, 22. 2; *elenchon*, 23) a favor da sua argumentação, revela-se, ainda,

²⁵ Sobre o relevo deste termo e seus cognatos na obra, vd. Rosalind Thomas, *Herodotus in Context...*, pp. 221-228.

²⁶ Cf. *supra*, n. 7.

um autor não de rupturas abruptas, mas de ousadias ponderadas. Só assim se compreende que o apelo científico que o impede de se limitar simplesmente a apresentar opiniões estabelecidas, mas discutíveis, seja compatível com o remate com que encerra a discussão, a saber: “Por ora, que estas questões fiquem como estão e como foram desde o princípio” (28. 1).

Não obstante esta conclusão algo *conformista*, consideremos a forma como o discurso revela o esforço *renovador* de Heródoto. A tese corrente (dos Iónios), segundo a qual o território Egípcio corresponde apenas ao Delta (15. 1), não merece a confiança do historiador, uma vez que, a ser verdade, estaria na origem de um raciocínio (*logos*) incongruente com aquele que para o autor é um critério determinante na identificação de um território, a existência de uma população local. De acordo com os seus conhecimentos e os dos próprios Egípcios (15. 2) – e esta é a primeira vez das duas em que evoca como testemunhas abonatórias das suas opiniões a autoridade dos locais – o Egito não pode ser (apenas) o Delta, por este ser de formação recente (graças ao próprio aluvião do rio). Se assim fosse, o povo egípcio era uma civilização a ter um aparecimento também ele recente na história da humanidade. O autor não acredita minimamente (*oute dokeō*, 15. 3) nessa lógica, mas defende, antes, que, tratando-se de uma população de origens primitivas, esta se foi expandindo por um vasto território ao longo dos tempos. Em suma, a sua tese vem resumida de forma clara: “o Egito corresponde à totalidade do território habitado pelos Egípcios, tal como a Cilícia é a terra habitada pelos Cilícios e a Assíria pelos Assírios” (17. 1). A validação da sua teoria (*martureei de moi tēi gnōmēi*) chega ao leitor por via de um testemunho inquestionável à luz da mentalidade religiosa da época, i. e., pela boca de um deus, o deus supremo egípcio Ámon (18. 1). Em resposta à consulta de habitantes de cidades fronteiriças da Líbia, o oráculo proibira-os de porem termo ao tabu da ingestão de carne de vaca, “declarando que o Egito era a região irrigada pelo Nilo, ao longo do seu percurso, e que Egípcios eram todos aqueles que, apesar de viverem abaixo da cidade de Elefantina, bebiam das águas daquele rio” (18. 3).

A propósito do Nilo, o narrador não pode escamotear a questão da sua natureza (*physis*) *sui generis*, quando comparada com a de outros

rios, só porque não lhe foi possível recolher informação, i. e., testemunhos (*martyria*), junto dos locais (sacerdotes ou população civil) sobre semelhante assunto (19) – contributos importantes para corroborar a sua própria argumentação, a avaliar pelo exemplo anterior da dimensão do território egípcio (situação em que recorreu a esses testemunhos). Por que razão há cheias no verão, apresentando-se o caudal do rio bastante menor na estação do inverno? Este comportamento do Nilo difere flagrantemente do que sucede com os seus pares em idênticos períodos do ano. Cabe ao narrador expor de forma convincente aos destinatários da narração, o público, o seu ponto de vista sobre uma matéria que tem sido alvo de diversas explicações da autoria de “alguns Gregos que pretendem distinguir-se pela sua erudição” (20. 1). O método de persuasão usado continua a ser o empregue nos caps. 15-18. Primeiro expõe as três interpretações ou ‘vias’ (*odoi*) que circulavam entre os meios intelectuais gregos, refuta-as uma a uma (20-23) e, finalmente, revela a sua *gnōmē* (24. 2-27). Quanto à interpretação que dizia que eram os ventos de noroeste os responsáveis pelas inundações, uma vez que, com a sua força, impediam que o rio desaguasse no mar, contradizem-na exemplos de todos conhecidos. Numerosos são os cursos fluviais fustigados por tais ventos, mas nenhum deles sofre semelhante abundância de águas (19). Tanto esta explicação, como a que defende que o Oceano é um rio que circunda a terra e do qual deriva o Nilo, carecem, mais a segunda do que a primeira, de suporte científico²⁷. Mesmo uma teoria que, por comparação com as anteriores, seja de longe mais razoável, pode assentar sobre falsos pressupostos (*malista epseustai*, 22. 1), a saber: seria o degelo das neves, no verão, o responsável pelas cheias. Hipótese totalmente inverosímil, conforme provam a existência de ventos quentes lá onde nasce o Nilo (na Líbia), o clima seco e sem pluviosidade, bem como a população humana e animal autóctone²⁸.

²⁷ Cf. cap. 21, onde se lê: “a segunda interpretação é mais falha de suporte científico (*anepistēmonesterē*) do que a anterior”.

²⁸ Heródoto refere: a cor negra da pele dos seres humanos, à época interpretada como consequência das temperaturas elevadas da região; a residência permanente no Egipto de aves migratórias como as andorinhas e os milhafres; a busca desses locais por aves migratórias da Europa, como era o caso dos grous da Cítia (22. 3-4).

Por fim, Heródoto apresenta a sua teoria para que o caudal do Nilo, ao invés do dos outros rios, se apresente mais baixo no inverno do que no verão. Note-se que para ele o caudal do rio durante o período das cheias (no verão) seria o caudal normal. Ou seja, o que deseja explicar não é essa quantidade abundante de água, mas o baixar das cheias (no inverno)²⁹. A causa deste fenómeno inusitado radica no sol. Uma vez que este brilha intensamente e aquece a região onde o Nilo nasce, a Líbia do Norte, na estação que noutros sítios se caracteriza por tempestades e chuvas, o inverno aí não difere muito do verão. Os efeitos de evaporação das águas verificam-se, por conseguinte, também no inverno. Assim, nesta estação, a corrente via-se reduzida. Durante o verão, o sol dirige-se para o norte e é responsável pela evaporação dos outros rios, ao passo que o Nilo, deixando de sofrer essa influência, mantém o seu fluxo normal, o mesmo é dizer, abundante. Note-se, ainda, que os factores meteorológicos a ter em conta para as cheias do verão são a evaporação e os ventos vindos do Atlântico sul e do oceano Índico. Estes, ao juntarem-se sobre as terras altas da Etiópia, originam chuvas torrenciais, que vão alimentar o Nilo, originando as cheias que se estendem de Junho a Setembro³⁰. Também a ausência de brisas no rio, tem a ver com as temperaturas, que, por serem elevadas, impedem o seu surgimento, natural apenas em regiões frias (27).

Se o historiador procura expor o seu ponto de vista relativamente a uma série de aspectos controversos (isto é, que outros entendem de forma diferente), é natural que abunde nas *Histórias* a presença do autor, assinalada pelo uso da 1ª pessoa dos verbos e pronomes. Aliás esse recurso é tão abundante que Rosalind Thomas considerá-lo responsável pelo que designa de *'egocentric' style*³¹. Não obstante o efeito de vivacidade que imprime ao texto, semelhante forma do

²⁹ Para um comentário pormenorizado sobre todos estes capítulos do livro II das *Histórias*, vd. Alan B. Lloyd, *Herodotus Book II. Commentary 1-98* (Leiden: E. J. Brill, 1976), pp. 78-111.

³⁰ Vd. Alan B. Lloyd, *op. cit.*, pp. 91-93.

³¹ Cf. *Herodotus in Context...*, p. 242. Carolyn Dewald contabilizou 1087 1^{as} pessoas na obra e estudou o significado da presença dessas irrupções do 'eu' do narrador no discurso, "Narrative Surface and Authorial Voice in Herodotus' *Histories*" (*Arethusa*, 20, 1987), p. 150, n. 10.

discurso, também epitetada de *egotism*, tem sido valorizada não como marca de uma modesta humildade do autor, do seu afastamento em relação ao descrito ou simples atitude *naïf*, mas antes como instrumento para assinalar, em contextos controversos, as suas certezas. Uma vez mais a escrita de Heródoto enquadra-se no discurso inovador da ciência e filosofia contemporâneas³².

3. Poética da persuasão das personagens das *Histórias*

Consideremos, agora, o relevo que no contexto interno da diegese adquire a arte da persuasão. Iremos, por conseguinte, ter em conta as relações que entre personagens das *Histórias* se estabelecem com base em estratégias de convencer o(s) outro(s). Porque o presente estudo, pelo carácter exemplificativo de que se reveste, não pretende oferecer uma visão exaustiva da temática, mas sim atestar a sua pertinência na obra em apreço, decidi debruçar-me apenas sobre os passos em que há uma referência expressa à persuasão. Ou seja, serão considerados somente os episódios em que o narrador utiliza o verbo persuadir (*anapeithō*), tanto na voz activa como na passiva, o que perfaz um total de 19 ocorrências³³.

Ora recorrendo ao discurso directo (7 vezes), ora ao indirecto (12 vezes)³⁴, o narrador elabora um discurso da persuasão em que é possível identificar indícios das três espécies de *pisteis* ('provas de

³² Evocando o testemunho de um dos mais reputados estudiosos da ciência e filosofia grega antigas, Geoffrey E. R. Lloyd, Rosalind Thomas observa: "Indeed such 'egotism' has been connected by Lloyd, stressing the dogmatism of the argument, with the need for and delight in innovations in Greek philosophy and science generally; the stress on originality with the presence of a public, often general, audience, which had to be attracted, alerted and stimulated by the speaker or author. This egotism and self-promotion must, then, be connected to the needs of persuasion and performance" (*Herodotus in Context...*, p. 241, sublinhados meus).

³³ A saber: 1. 37; 1. 123; 1. 124; 1. 125; 1. 156; 3. 74; 3. 145; 3. 148; 5. 63; 5. 66; 5. 97; 5. 104; 6. 66; 6. 123; 7. 6; 7. 10; 8. 4; 8. 5; 8. 140.

³⁴ Discurso directo: 1. 37; 1. 125; 1. 156; 3. 145; 7. 6; 7. 10; 8. 140. Discurso indirecto: 1. 123; 1. 124; 3. 74; 3. 148; 5. 63; 5. 66; 5. 97; 5. 104; 6. 66; 6. 123; 8. 4; 8. 5.

persuasão’), posteriormente definidas por Aristóteles (*Retórica*, 1356 a). No entanto, não devemos aplicar de forma rígida essa categorização ao texto herodotiano, o que constituiria um espartilhamento contraproducente, mas sim deixar transparecer como é útil, do ponto de vista hermenêutico, identificar, em passos diversos ou no mesmo, as *pisteis* que entram nos domínios do *ethos*, do *pathos* e/ou do *logos*.

A globalidade dos trechos envolve figuras gradas da hierarquia do poder – no mundo grego, temos tiranos e generais; do universo bárbaro, destacam-se reis, membros da casa real e governadores. É, portanto, no âmbito das manobras políticas que se inserem todos os exercícios de retórica de seguida analisados. Não é por isso de estranhar que, em semelhante meio, tão propenso à exibição mais das fraquezas do que das virtudes humanas e constantemente dardejado pela intriga, a aposta dos *agentes activos da persuasão* (aqueles que procuram convencer) recaia sobre a lógica do próprio discurso ou raciocínio desenvolvido (o *logos*) e apele a determinadas emoções (as *pathē*) dos *agentes passivos da persuasão* (aqueles que se deixam convencer).

Creso, monarca da Lídia, experimentou a dor suprema de perder o filho em quem depositava todas as esperanças, Átis. O soberano bárbaro suportava, assim, “um terrível castigo da divindade” (1. 34. 1), destinado a puni-lo pela soberba de se julgar o mais feliz de todos os mortais. Embora em sonhos lhe tenha sido anunciada a morte do descendente, na sequência de um golpe de uma ponta de ferro, foi com alguma ligeireza que Creso abdicou de manter uma guarda cerrada à integridade física de Átis. Atemorizado pela visão nocturna, encetara, num primeiro momento, um plano de protecção da vida do filho, que passava por afastá-lo do contacto com a fatídica arma. Tratou de retirar dos aposentos masculinos, frequentados pelo jovem, toda e qualquer ponta de ferro (dardos, lanças e afins), medida que agravou quando, após o casamento, o proibiu de participar nas duas actividades destinadas a fazer brilhar o seu mérito, a guerra e a caça.

Gera-se, graças a este contexto de interdição, um conflito com repercussões tanto no domínio político (por ser Átis o príncipe herdeiro), como doméstico (por permitir questionar a sua virilidade). Incapaz de suportar o opróbrio que sobre ele se abateu, o filho confronta directamente o pai com a sua mágoa (1. 37. 2-3). Inconformado,

pede-lhe, mesmo, que use de argumentos lógicos (e a palavra usada é precisamente *logos*) para o convencer (*anapeison*) a abandonar a sua pretensão de ir à caça. Perante a revelação da origem dos temores paternos (1. 38), que não surtem o efeito dissuasor desejado, o recém-casado assume novamente, em discurso directo, o papel de agente activo da persuasão. Apoia-se em duas estratégias complementares de convencimento: não só se revela sensível aos sentimentos (*pathē*) do pai (demonstrando compreender a razão dos seus receios), como demonstra ser um verdadeiro conhecedor da arte do silogismo (isto é do *logos* ou raciocínio lógico). Efectivamente constrói uma argumentação do tipo: se A, então B; mas, se não A, então, não B. Ou seja, se o sonho anunciasse que ele morreria vítima do ferimento causado pelo dente de um animal (A), então o pai devia impedi-lo de ir à caça ao javali (B); mas, como não era essa a situação (não A), então não havia motivo para proibi-lo de ir à caça (não B). Conforme refere o texto grego, com a sua opinião (*gnōmē*) Átis venceu (verbo *nikaō*) o pai, rendido ao poder persuasivo da argumentação exposta³⁵.

Na condição de filho, o príncipe atreveu-se a exprimir, por iniciativa própria, o seu ponto de vista a Cresos. Em circunstâncias bastante diversas, após a tomada de Sardes, capital da Lídia, e aprisionamento do mesmo Cresos, agora escravo de Ciro da Pérsia, continuamos a deparar-nos com uma cena protagonizada por persuasor e persuadido (1. 155-156). O rei lídio é uma vez mais um dos intervenientes no episódio, tendo-se, no entanto, alterado o papel que desempenha. Cabe-lhe, nesta fase final da vida, não escutar uma sugestão, mas responder ao pedido do novo senhor para que lhe dê um conselho (*hypothēkē*). Uma vez mais, concorrem para a estratégia de persuasão montada os mesmos critérios considerados por Átis. Por um lado, Cresos conhece bem o temperamento colérico de Ciro (o seu *pathos*)³⁶, cujas repercussões sobre os seus concidadãos rebeldes

³⁵ Leia-se 1. 40: “Cresos respondeu: “Meu filho, tiveste artes de me persuadir, ao manifestar a tua opinião sobre o sonho. Assim, convencido por ti, reconsidero e deixo-te ir à caça” (Trad. de José Ribeiro Ferreira, *Heródoto, Histórias, livro 1º...*, p. 80).

³⁶ A referência à cólera do soberano persa está contida no substantivo *orgē* (1. 156. 2) e na indicação do sentimento de medo que invade Cresos (*deisas*, 1. 155. 2).

receia; pelo outro, urde um raciocínio (*logos*) que em simultâneo diminui as eventuais ofensas que o novo senhor sintia virem-lhe da parte dos Lídios e fornece um conselho prático, para anular o perigo pressentido de uma rebelião. Procede, para tal, à desresponsabilização total dos Lídios pelos seus comportamentos revoltosos (transferindo a culpa para os líderes que os guiaram, ele próprio e Páctias) e aconselha, como solução para a erradicação definitiva de projectos de sublevação, sujeitar os varões da sua pátria a um processo de efeminização³⁷. Como esclarece o narrador, Ciro declarou-se ‘convencido’ (*peithesthai*, 1. 156. 2), em virtude de a ‘sugestão’ (*prophasin*, 1. 156. 1) apresentada ser ‘razoável’ (*axiochreon*, *ibidem*).

O episódio de seguida considerado (1. 124-126), para além de Ciro, conta com outras duas personagens, Hárpago (homem de confiança de Astíages, rei dos Medos e Persas e avô e rival de Ciro) e o povo persa (tomado como figura colectiva). Está, assim, montada uma estrutura mais complexa da dinâmica da persuasão. Na verdade, Hárpago exerce no episódio o papel de conselheiro instigador (função que, mais adiante, veremos desempenhada por Mardónio³⁸), já que, movido pelo desejo de vingar-se do homicida do seu único filho, o rei da Média (Astíages), incute em Ciro a missão de ‘convencer’ (*anapeisas*) os persas a revoltarem-se (1. 124. 2). Apela ao *pathos* do destinatário da sua mensagem, em concreto aos sentimentos de vingança (contra um avô que planeara a sua morte à nascença), à ambição de poder (propondo-lhe destituir o avô, tornando-se rei absoluto de Medos e Persas) e à elevada auto-estima (evidente na convicção de que Ciro era um predestinado).

A argumentação de Hárpago revela-se bem sucedida e Ciro, de agente passivo da persuasão, transforma-se em seu agente activo. Assume o plano de ‘convencer’ (*anapeisei*, 1. 125, 1; *anepaise*, 1. 125, 3) os compatriotas à rebelião, projecto que põe em prática não recorrendo exclusivamente às artes do discurso, mas sabendo potenciar os efeitos

³⁷ Transformar os homens em mulheres significava alterar-lhes os costumes, a saber: proibir o uso de armas de guerra; modificar o traje (que passa a ser constituído por túnica, manto e coturno); instruir os filhos na arte da música dos instrumentos de corda; interditar a prática da actividade comercial (1. 155. 4).

³⁸ Cf. *infra*, considerações sobre 7. 6.

deste com base na vivência de uma experiência concreta de vida. O seu plano começa por assentar numa mentira, necessária para garantir o arranque do mesmo. Estamos perante o que se pode designar de *mentira útil*, expediente evocado mais adiante a propósito de 5. 50. Ou seja, para conseguir que os Persas lhe obedecessem, forjou uma carta, que leu em assembleia de guerreiros, na qual Astíages o nomeava seu governador. Investido desse poder, podia passar à etapa seguinte: confrontar os compatriotas com dois modelos de vida distintos, um de escravatura e canseiras – inerente à sujeição aos Medos (com Astíages a governar a Pérsia) –, outro de liberdade e prazer (caso assumissem o domínio sobre os actuais senhores). Mas não foi só por palavras que Ciro expôs o seu ponto de vista. Essas surgiram mais tarde, quando pôs a nu “todo o seu raciocínio lógico” (*ton panta logon*, 1. 126. 4). Isto é, a mentira deu lugar à verdade, quando estavam criadas condições para os Persas lhe ‘obedecerem’ (*peithesthai*, 1. 126. 5), o mesmo é dizer deixarem-se convencer por ele. Mas voltemos um pouco atrás, ao que chamei experiência concreta de vida. A ordem que dera aos Persas, no decurso da assembleia já referida, era para que se apresentassem com uma foice. Sujeitou-os, então, à penosa tarefa de, num só dia, desbravarem um extenso terreno coberto de espinheiros (1. 126. 1). O serviço que lhes reservou para o dia seguinte, um lauto banquete, em nada se assemelhou a essa jornada. O silogismo apresentado na interpelação final dirigida aos Persas, registada em discurso directo, é do tipo ou A ou B, sendo A uma vida de regalias e liberdade (sob a soberania de Ciro) e B um futuro de sofrimento e escravidão (debaixo do poder de Astíages). Como se adivinha, não foi difícil a Ciro convencê-los a tomar o seu partido.

Conhecer bem as emoções (*pathē*) que ditam as (re)acções do destinatário é, como temos assinalado, uma arma que, em diversos contextos, os agentes activos da persuasão accionam para levar a bom porto os seus desígnios. Analisemos, de seguida, seis passos das *Histórias* capazes de ilustrar em que medida a cupidez vem explorada como uma estratégia de persuasão, com resultados nem sempre a corresponder aos esperados, mas, de um modo geral, a confirmarem a sedução ancestral da raça humana pelos bens materiais. Nos caps. 4 e 5 do livro VIII somos confrontados com a força poderosa exercida pelo vil metal, argumento que sai vencedor numa luta desigual contra

valores da mais elementar humanidade (a solidariedade e protecção de crianças e família num cenário de guerra). De facto, na iminência da partida da armada grega que protegia a sua costa da ofensiva dos Persas (em 480 a. C.), os habitantes da ilha de Eubeia tentam, num primeiro momento, demover o comandante supremo da força helénica de uma partida imediata, que desejavam adiada “até porem a salvo as crianças e restante família” (8. 4. 2). Como não o convencem (*ouk epeithon*), decidem-se por uma via alternativa, essa mais eficaz, a corrupção. Em troca de um suborno no valor de 30 talentos de prata³⁹, um outro general, Temístocles cede ao pedido dos Eubeus e consegue a façanha de garantir que as tropas não zarpem. Por meio da distribuição desse “prémio” pelos comandantes mais resistentes – o chefe-supremo, Euribíades, e Adimanto – compra a adesão das chefias ao pedido dos ilhéus. Como diz o texto, “conquistados com os presentes, esses generais deixaram-se convencer” (*dōroisi anapepeismenoi*, 8. 5. 3).

Assim como sucede nestes trechos do livro VIII, também na referência feita ao suborno aceite pela profetisa do oráculo de Apolo em Delfos, por ocasião da expulsão dos tiranos de Atenas, poderíamos deduzir da ausência de qualquer censura ao comportamento da agente passiva da persuasão que *os fins justificam os meios*. De facto, o aspecto destacado da actuação da Pítia resume-se ao benefício que a mesma trouxe aos Atenenses. Segundo a corrente dos factos exposta por Heródoto, a família dos Alcmeónidas subornou a Pítia, para que esta, em todas as consultas dos Espartanos ao deus, sempre incluísse na sua resposta um incentivo expresso para que libertassem Atenas do jugo dos tiranos, os Pisístratos (5. 63. 1; 6. 123. 2)⁴⁰. As palavras do historiador não deixam margem para dúvidas quanto ao instrumento de persuasão: riquezas/bens (*anepeithon...chrēmasi*, 5. 63. 1).

Contudo, nem sempre o sucumbir à cupidez vem apresentado como um acto com efeitos louváveis (como foram a salvação das vidas dos familiares indefesos dos Eubeus e o termo do regime tirânico em Atenas). Em circunstâncias idênticas ao *supra* referido suborno da

³⁹ Um talento corresponde a 25,92 kg. Note-se a selecção vocabular: “eles persuadem-no (*peithousi*) pelo preço (*epi misthōi*) de trinta talentos”.

⁴⁰ Referência muito sucinta a este episódio em 5. 66.

Pítia, encontramos o relato de outro episódio de persuasão da profetisa de Apolo (6. 66). Tratava-se, na ocasião, de um caso de destituição de um dos dois reis de Esparta. Cleómenes, movido pelo desejo de se vingar do seu colega monarca, Demarato, urde um plano para provar que este ocupava ilegítimamente o trono. Decisiva para o processo de destituição foi a palavra sagrada de Apolo, divindade cuja sanção era indispensável para a realização dos mais significativos actos públicos das cidades gregas⁴¹. Periala, investida das suas funções de porta-voz do deus, profere um falso vaticínio ao afirmar que Demarato não era filho de Aríston, anterior rei de Esparta. Embora não haja indicação do factor que a fez deixar-se persuadir (*anapeithei*, 6. 66. 2), é provável que, à imagem da indicação feita em contexto idêntico (5. 63), se tratasse de um suborno material. A diferença para com todos os passos do mesmo tipo até agora analisados consiste na alusão declarada à condenação social do suborno. Ou seja, o presente quadro ilustra o motivo recorrente da persuasão baseada no conhecimento do *pathos* do seu destinatário, ao mesmo tempo que sobressai como caso singular de penalização do mesmo. De facto a Pítia, na sequência da descoberta do seu acto ilícito, vê-se destituída do ministério que exercia. Em suma, parece-me evidente que a lição desta história não é a de que *os fins justificam os meios*, mas de que *o culpado merece castigo*.

Nem sempre, no entanto, o persuasor avalia correctamente o carácter do pretense persuadido. E, quando se verifica este tipo de erro de cálculo, a estratégia de persuasão acaba por fracassar. Embora com *nuanças* próprias diferentes, dois episódios das *Histórias* dão conta de como, tanto do lado bárbaro como do grego, deparamos com figuras incorruptíveis. Começamos pelo caso que envolve Prexaspes, nobre extremamente dedicado ao rei persa Cambises e à causa persa em geral. No período agitado em que o trono da Média e da Pérsia esteve nas mãos de dois irmãos da casta sacerdotal conhecida por Magos, graças a um golpe de estado, coube a Prexaspes desempenhar um papel decisivo na deposição dos usurpadores. No episódio em apreço (3. 74-

⁴¹ Sobre o papel do oráculo de Apolo na vertente “oficial” da religião grega, vd. o estudo de síntese de Delfim Ferreira Leão, in *Heródoto, Histórias, livro 6º...*, pp. 28-47 (“3 – O oráculo de Apolo e o Livro 6º das *Histórias* de Heródoto”).

75), os agentes activos da persuasão (os dois Magos) julgam comprar o silêncio do único homem que conhecia na íntegra a fraude sobre a qual assentava a ascensão deles ao trono da Pérsia, fazendo-se passar pelo irmão do falecido Cambises, Esmérdis, herdeiro legítimo da soberania. O meio empregue para obter semelhante fim continua a ser o suborno, a saber, “a oferta de riquezas sem conta” (3. 74. 2). Toda a actuação de Prexaspes transmite a falsa ideia de que os Magos foram bem sucedidos no intuito de convencê-lo (*anepeisan...oi magoi*, 3. 74. 3). A verdade é que o nobre persa apenas fingiu aderir ao partido dos usurpadores para pôr em prática um plano audaz de desmascaramento da farsa em que assentava a governação do império. A estratégia que assume é também ela a persuasão. Deseja convencer os Persas precisamente do inverso do que lhe pediam os Magos. Para tal, quando se dirige à população do alto das muralhas do palácio, diz que não era o irmão de Cambises quem governava, mas os dois Magos, que se faziam passar, à vez, por Esmérdis. Segundo o narrador da história, os falsos governantes escolheram Prexaspes para convencer os seus compatriotas de que era o herdeiro legítimo quem governava, entre outras razões, devido à elevada estima em que o tinham os Persas. Isto é, estamos perante aquilo que Aristóteles qualificou como prova de persuasão baseada no *ethos*, uma vez que é na confiança que os ouvintes depositam no orador que reside o sucesso da sua argumentação.

Passando para o universo helénico, cabe a Cleómenes vestir a pele de personagem avessa ao suborno. Visitado pelo ex-tirano de Samos, Meândrio, o rei de Esparta oferece para a posteridade a imagem de “o mais justo dos homens” (*dikaiotatos andrōn*, 3. 148. 2), pois não aceita tomar para si nenhuma das belas taças de ouro e prata que o hóspede lhe oferecia. Ao contrário da Pítia Periala, cuja condenação moral ficou implícita no cessar das suas funções, o Espartano mereceu da parte do narrador um rasgado elogio. Porém o soberano é um bom conhecedor das fraquezas da alma humana, da sua e da dos seus compatriotas. Pelo que, pressentindo que a mesma oferta fosse estendida a outros Espartanos e admitindo alguma fragilidade na resistência que de momento o dominou, o mesmo é dizer, sabendo como a persuasão pode actuar sobre as emoções (*pathē*) de cada um, Cleómenes toma uma medida radical. Expulsa o hóspede, “para que não se corrompesse (*apeisēi*) a si

próprio e não convencesse nenhum dos Espartanos a tornar-se perverso (*kakon genesthai*)” (3. 148. 2).

Deste elenco de relatos atestando o poder da persuasão fazem parte histórias em que sobressaem sobretudo os efeitos das palavras. Sem esquecer que estas nada valem, caso não haja uma predisposição *patética* dos seus destinatários para a mensagem que transmitem, vejamos como dois quadros, com contornos de intriga idênticos, ilustram ora o sucesso (3. 145) ora o fracasso (5. 104) das estratégias de persuasão discursiva. Retomando a narração das aventuras do tirano Meândrio, em momento anterior à sua estada em Esparta, constata-se que ele foi alvo da pressão de um irmão, Carilau, para que se revoltasse contra a ocupação da ilha pelos Persas. Conforme regista Heródoto, o discurso proferido foi determinante para a anuência do tirano: “ao proferir as palavras que se seguem, persuadiu-o” (*anepithe...legōn tauta*, 3. 145. 2). Embora transcreva uma fala em que a tónica assenta na acusação de cobardia dirigida ao tirano, o historiador permite-se discordar de que a humilhação tenha sido a emoção decisiva para a cedência do interlocutor ao pedido que lhe era dirigido. Em seu entender, foi outro o móbil da atitude de Meândrio, a inveja de Silosonte, a quem a tirania era oferecida de mão beijada (3. 146. 1).

Uma réplica invertida deste episódio tem lugar no livro V das *Histórias*. Aí encontramos novo par de irmãos, desentendidos quanto à forma de lidar com o invasor Persa. Em Salamina de Chipre vigorava uma monarquia, cuja liderança estava entregue a Gorgo. Apesar da antiga vassalagem prestada aos Persas, com a qual o governante local era conivente, por ocasião da sublevação dos Gregos da costa da Ásia Menor e ilhas do Egeu, o irmão de Gorgo, Onésilo, insiste para que ele se una aos revoltosos. Os seus argumentos retóricos (*paregoreeto*, 5. 104. 2), mal grado os repetidos esforços encetados, revelaram-se infrutíferos. Porém, onde falhou diante de um único destinatário, haveria de se revelar bem sucedido face à multidão. Ou seja, depois de ter usurpado o trono a Gorgo, conseguiu *persuadir* (*anepithe*, 5. 104. 3) todos os Cipriotas (à exceção dos Amatúsios) a revoltarem-se.

A noção de que é mais fácil convencer um grupo de pessoas do que um só indivíduo a agir de determinada maneira já surgira anteriormente neste mesmo livro das *Histórias* (5. 97). Sem sairmos do contexto

histórico da chamada Revolta Iónica (499-494 a. C.), deparamos com o falhanço de Aristágoras de Mileto, promotor da insurreição grega, em persuadir o rei Espartano a apoiar militarmente os seus projectos (5. 49-51). Será este desaire a determinar a busca de uma aliança com os Atenienses. Por serem particularmente sugestivas as observações do narrador a este episódio, desde logo devido à ênfase colocada no relativismo com que são vistos os mesmos argumentos de persuasão, passo a transcrevê-las:

Atendendo à grande necessidade que tinha de apoio, nada houve que não promettesse, até conseguir convencê-los (*anepseise*). Em suma: parece mais fácil enganar uma multidão de pessoas do que uma só, se considerarmos que não foi possível a Aristágoras ludibriar Cleómenes, um único Lacedemónio, mas fê-lo a trinta mil Atenienses.

(5. 97. 2)

A propósito da recusa do rei espartano em ajudar os Iónios, interessa referir que o Milésio cometeu um erro crasso na estratégia de persuasão adoptada. E esse erro, por mais estranho que pareça à primeira vista, consistiu a dizer a verdade, isto é, que eram necessários três meses para chegar do mar Egeu à Pérsia (5. 50. 2). Este episódio documenta bem a consciência ancestral das vantagens de, em contexto de persuasão, recorrer à chamada *mentira útil* – estratégia a que recorreu, como vimos *supra*, Ciro (1. 125).

Contudo, à luz de códigos éticos em que a verdade é um dos valores primordiais, faltar à verdade não é (pelo menos em teoria) o melhor meio para atingir um fim proposto. Sobretudo quando a mentira em questão resvala para o campo das acusações falsas e destinadas a denegrir a imagem do(s) visado(s). É no seio da comunidade persa que vamos assistir à condenação veemente da calúnia, tanto mais quando é utilizada em contexto de persuasão. De facto, no passo dedicado à descrição dos costumes persas, Heródoto declarou: “Nada mais condenável, no seu ponto de vista, do que faltar à verdade, e, em segundo lugar, contrair dívidas” (1. 138. 1)⁴². Mas, claro está, as regras são feitas

⁴² Trad. Maria de Fátima Silva, *Histórias, livro 1º...*, p. 151.

para se quebrar, em especial (justificam-se os infractores...) quando o objectivo proposto o justifique. Nesta perspectiva, estaríamos, uma vez mais, perante um caso de *mentira útil*. No entanto, sob um ponto de vista diverso, as mesmas palavras podem ser consideradas ‘infâmias’ (*logous mataious*, 7. 10 η 2). Assim sucede na assembleia convocada por Xerxes para ouvir as opiniões (*gnōmas*, 7. 8) dos seus conselheiros em matéria de política expansionista. O projecto que apresenta para discussão – atacar a Grécia por mar e terra – merece o aplauso e incentivo de Mardónio, a par dos apelos insistentes de Artabano à ponderação. As opiniões opostas (*gnōmeōn antieōn*, 7. 10 α 1) de ambos têm por cerne da discórdia a avaliação que cada um faz do adversário. O que para Mardónio é cobardia e fraco domínio das técnicas militares, para Artabano traduz valentia e excelência guerreira. Logo, este último não se coíbe de acusá-lo de caluniar os Gregos (*Hellenōn gar diaballōn*, 7. 10 η 1), censura que vai de par com a denúncia de que “a calúnia é, de facto, uma atitude altamente condenável” (*diabolē gar esti deinotaton*, 7. 10 η 1). Não obstante os sensatos conselhos de Artabano ao seu rei e sobrinho, Xerxes já se deixara previamente convencer (*anepoise*, 7. 6. 1) pelos argumentos de Mardónio. O sucesso da sua persuasão radicou, uma vez mais, no bom conhecimento que tinha do *pathos* do destinatário. A um monarca dominado pela ambição desmesurada de ombrear com as conquistas dos antecessores, a melhor maneira de convencê-lo a seguir um caminho que interessava particularmente ao persuasor (desejoso de se tornar governador da Grécia, 7. 5. 3) era apelar a esse sentimento de atracção pelo poder.

Chegados ao termo desta abordagem ilustrativa do relevo da persuasão nas *Histórias* de Heródoto, espero ter tornado claro como, numa obra fundacional da literatura ocidental, uma temática hoje tão pertinente evidenciou, já há mais de dois mil e quinhentos anos, todo o seu potencial *poético* ou *criativo*.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES, *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998).
- CAREY, Christopher, “Rhetorical Means of Persuasion”, Ian Worthington (ed.), *Persuasion: Greek Rhetoric in Action* (London and New York: Routledge, 1994), pp. 26-45.
- DEWALD, Carolyn, “Narrative Surface and Authorial Voice in Herodotus’ *Histories*” (*Arethusa*, 20, 1987), pp. 147-170.
- EVANS, James A. S., “Oral Tradition in Herodotus”, *Herodotus Explorer of the Past* (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991) pp. 89-146.
- FLORY, Stewart, “Who Read Herodotus’ *Histories*?” (*American Journal of Philology*, 101. 1, 1980), pp. 12-28.
- GRENE, David, “Herodotus: the Historian as Dramatist” (*The Journal of Philosophy*, vol. 58, nº18, 1961), pp. 477-488.
- LATEINER, Donald, “The Empirical Element in the Methods of Early Greek Medical Writers and Herodotus: a Share Epistemological Response” (*Antichthon*, 20, 1986), pp. 1- 20.
- , *The Historical Method of Herodotus* (Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1989).
- LLOYD, Alan B., *Herodotus Book II. Commentary 1-98* (Leiden: E. J. Brill, 1976).
- MOMIGLIANO, Arnaldo, “The Histories of the Classical World and their Audiences: Some Suggestions” (*Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, 8. 1, 1978), pp. 59-75
- TAPLIN, Oliver, *O Fogo Grego* (Lisboa: RTC/Gradiva, 1990).
- THOMAS, Rosalind, *Herodotus in Context. Ethnography, Science and the Art of Persuasion* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000).
- , “Ethnography, Proof and Argument in Herodotus’ *Histories*” (*Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 43, 1997), pp. 128-148.
- WALBANK, Frank W., “History and Tragedy” (*History*, 9, 1960), pp. 216-243.
- WATERS, Kenneth H., *Herodotus the Historian: his Problems, Methods and Originality* (London and Sidney: Croom Helm, 1985).

Traduções portuguesas das *Histórias*

FERREIRA, José Ribeiro e Leão, Delfim Ferreira, *Heródoto, Histórias, livro 6º*
(Lisboa: Edições 70, 2000).

FERREIRA, José Ribeiro e Silva, Maria de Fátima, *Heródoto, Histórias, livro 1º*
(Lisboa: Edições 70, 1994).

FERREIRA, José Ribeiro e Soares, Carmen Leal, *Heródoto, Histórias, livro 8º*
(Lisboa: Edições 70, 2002).

SILVA, Maria de Fátima e Guerreiro, Cristina Abranches, *Heródoto, Histórias,*
livro 3º (Lisboa: Edições 70, 1994)

SILVA, Maria de Fátima e Guerreiro, Cristina Abranches, *Heródoto, Histórias,*
livro 4º (Lisboa: Edições 70, 2000).